

A JUVENTUDE É UM DIREITO PARA QUEM? PROCESSOS DE REIVINDICAÇÃO DO DIREITO À JUVENTUDE NO MARANHÃO¹

YOUTH IS A RIGHT FOR WHOM? PROCESSES OF CLAIMING THE RIGHT TO YOUTH IN MARANHÃO
¿LA JUVENTUD ES UN DERECHO PARA QUIEN? PROCESOS DE REIVINDICACIÓN DE LO DERECHO A LA JUVENTUD EN MARANHÃO

Leila Lima de Sousa

Professora Adjunta do curso de Jornalismo da UFMA, campus Imperatriz. Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis. Doutora em Ciências da Comunicação pelo PPGCC/Unisinos, com estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona. sousa.leila@ufma.br.



0000-0003-2335-0858

Recebido em: 14.03.2023.

Aceito em: 16.05.2023.

Publicado em: 02.06.2023.

RESUMO:

A quem é dado o direito de ser jovem no Brasil? Essa pergunta é a base de sustentação deste artigo que traz elementos de pesquisa de campo realizada nas cidades de Codó e Imperatriz, duas cidades do interior do Maranhão, durante os meses de julho a setembro de 2018. Através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, 5 lideranças jovens na cidade de Codó e 4 na cidade de Imperatriz, refletiram sobre processos de articulação e de formação política e sobre as estratégias produzidas para a reivindicação da cidadania juvenil. Identificamos como os diferentes marcadores sociais alteram a percepção e as experiências das juventudes (Akotirene, 2019; Weller, 2005). Concluímos que denunciar as desigualdades é uma dimensão político-cidadã para elaborar novas existências juvenis. Estratégias de mobilização que são estruturadas pela comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Maranhão. Cidadania.

1 Introdução

Durante muito tempo a definição de juventudes esteve ligada a marcadores que limitavam a possibilidade de uma problematização complexa sobre esse segmento social. De um lado, a juventude como faixa etária determinada, uma projeção de futuro, inserindo os jovens numa lógica adultocêntrica que não os percebe como sujeitos do presente, antes, os prepara para o futuro e para a inserção no mercado de trabalho e a constituição de papéis familiares. De outro, o sentimento de “ser jovem” como um ideal perseguido pelos mais velhos através do consumo para sentirem-se jovens, em corpo e espírito (Groppo, 2017; Reguillo, 2000)

A juventude é compreendida nas ciências sociais como uma categoria “social” e “histórica” (Groppo, 2017). Social, segundo Groppo (2017), pela sua interligação aos

¹ Artigo originalmente apresentado e publicado no Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do 31º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – MA, 2022. Após o evento, o texto foi revisado e ampliado.

grupos, às coletividades, às simbologias e ao estatuto social. Histórica, por ser permeada por intensas transformações, podendo mudar de significado e de compreensão de acordo com a sociedade em que está sendo estudada (Groppo, 2017). Assume um status social de maior prestígio que a infância, mas menor em relação à maturidade, especialmente pelas representações construídas de que os jovens possuem menos direitos sociais por ainda dependerem da família e das instituições de socialização (Groppo, 2017).

Neste artigo defendemos a heterogeneidade e a dinamicidade das culturas juvenis. Por isso a necessidade de serem trabalhadas no plural. São culturas que se adaptam às realidades sociais, mas que também criam “territórios próprios” (Feixa Pampols, 1998, p. 96) dinamizando as apropriações de espaços urbanos e criando marcas. Pela ideia de “condição transitória” os jovens são marginalizados da ordem social, desintegrados ou integrados parcialmente às sociedades. As culturas juvenis surgem da necessidade de problematizar a “cultura dominante” buscando espaços de inserção na lógica social, autoafirmação e autoridade. (Feixa Pampols, 1998).

(...) atributos ideológicos e simbólicos atribuídos e ou apropriados pelos jovens, as culturas juvenis traduzem-se em estilos mais ou menos visíveis, que integram elementos materiais ou imateriais heterogêneos, provenientes da moda, da música, da linguagem, das práticas culturais e das atividades focais (Feixa Pampols, 1998, p. 88).

Na visão de Pais (2008, p. 164) a juventude é uma fase da vida também marcada pela diversidade social e a resistência. As culturas juvenis precisam ser vistas como desviantes e resistentes às culturas dominantes. É uma fase da vida marcada pelos “processos de socialização e de significados compartilhados” e também da luta pelo acesso ao mercado de trabalho e pelo acesso à moradia. O autor chama a atenção para a instabilidade do conceito e a necessidade de sua utilização dinâmica. Freire Filho (2008, p. 13), por sua vez, entende a juventude é como um “fenômeno biológico universal”, que, no entanto, deve ser problematizada a partir dos “artefatos de governamentalidade” que “engendram discursos políticos, acadêmicos e mercadológicos” que tentam propor modelos de comportamento e características a serem seguidas (Freire Filho, 2008, p. 13).

Neste texto buscamos problematizar a compreensão sobre a categoria juventude a partir de uma perspectiva empírica possibilitada através de pesquisa de campo

realizada nas cidades de Codó² e Imperatriz³, duas cidades situadas no interior do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil. Mais especificamente por meio de entrevistas decorrentes de relatos orais de lideranças locais que atuam diretamente com o público jovem nas duas cidades.

A decisão pelo foco nas duas cidades deve-se ao fato de que desde o ano de 2017 está sendo desenvolvido o “Plano Juventude Viva”⁴. Por meio do governo federal, junto às Secretarias de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e da Juventude (SEEJUV), o plano tem o objetivo de prevenir a violência contra a juventude negra no Maranhão, ampliando os direitos dessa população. O programa é desenvolvido principalmente em nove cidades do Maranhão, entre elas Codó e Imperatriz, que foram destacadas pelo Atlas da Violência publicado no ano de 2017 – documento utilizado como base para a criação do plano – entre os 130 municípios mais violentos do Brasil e com maior vulnerabilidade social vivenciada pela população negra.

Mais de 1,9 milhões de pessoas – o que corresponde ao dado de 29% da população do Maranhão – é jovem (PNAD, 2020)⁵. Dessas pessoas, 76,48% são negras. Mais da metade da população do estado do Maranhão é constituída por mulheres, das quais 45,33% são jovens mulheres e mães. Na faixa de 15 e 17 anos, mais de 20 mil mulheres têm filhos, ou seja, 10,01% dentre as meninas dessa idade. 45% são mães jovens (Censo, 2010)⁶.

² A cidade de Codó está situada no cerrado maranhense, possui população de 122.859 pessoas e renda média mensal de 1,8 salários mínimos. O PIB corresponde a R\$ 957.335,76. A atividade econômica da cidade é regida pelos setores de serviços (44,07%), rendimentos relacionados à administração (40,74%), à indústria (10,21%) e à agropecuária (4,97%) (IBGE, 2017)³. Dados do último censo apontam que, na cidade de Codó, a população negra representa o percentual de 85,7% (pretos e pardos) e não negra corresponde a 14,3% da população (brancos e amarelos) (IBGE, 2010).

³ Imperatriz tem população estimada em 258.682 habitantes. Dados do último censo apontam que 69,1% da população de Imperatriz é composta por pessoas negras (pretas e pardas) e 31,9% são não negros (brancos e amarelos) (IBGE, 2010). Localizada entre o cerrado e a Amazônia, possui uma área territorial total de 1.368,988 km². Em 2018, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. A economia é desenvolvida por meio da atividade de serviços (57,22%), administração (14,80%), indústria (27,40%) e agropecuária (0,57%) (IBGE, 2019).

⁴ Mais detalhes sobre o plano: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-antiores/programas/PlanoJuventudeVivaUmlevantamentohistorico.pdf>

⁵ De acordo com dados disponíveis no “Panorama dos territórios – Maranhão” publicado pelo Instituto Unibanco que faz uma compilação de dados do Censo e das PNAD’s. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/panorama-dos-territorios/maranhao#territorio-select>

⁶ De acordo com dados disponíveis no “Panorama dos territórios – Maranhão” publicado pelo Instituto Unibanco que faz uma compilação de dados do Censo e das PNAD’s. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/panorama-dos-territorios/maranhao#territorio-select>

Esses dados são aspectos importantes e nos levaram a direcionar a reflexão sobre como diferentes marcadores sociais de raça, gênero, classe, território, sexualidade, entre outros, afetam e constroem profundos abismos para o exercício cidadão da juventude. As análises aqui discutidas foram desenvolvidas a partir de um movimento de pesquisa exploratória⁷, o qual foi construído pela aproximação com lideranças juvenis locais.

Para mapear as lideranças juvenis de referência nas duas cidades, entramos em contato com alguns moradores das duas cidades que foram auxiliando com contatos e com sugestões. A ideia era que pudéssemos compreender aspectos e características particulares sobre as juventudes das cidades de Codó e de Imperatriz de uma forma mais ampla, ainda que não esgotadora. Nesse sentido, pontuamos que as observações/reflexões possibilitadas pelas entrevistas são recortes e perspectivas direcionadas a partir da experiência de atuação de cada liderança.

No segundo semestre de 2018, entre os meses de julho a setembro, tivemos contato com uma representante do Coletivo Núcleo – que atua com jovens negros no desenvolvimento de atividades de valorização cultural, de luta contra o racismo, contra o machismo e contra as desigualdades sociais estruturadas através da raça e da classe. Além disso, se caracteriza, também, como um grupo de estudos e reflexões sobre as precariedades, os preconceitos e os racismos enfrentados diariamente, motivando os jovens da cidade a valorizarem, reconhecerem e enaltecerem suas diferenças culturais e identitárias.

Na cidade de Codó também conversamos com três representantes da Pastoral da Juventude – grupo que trabalha com a evangelização, ações sociais e de cidadania, promovendo o protagonismo das juventudes da Igreja Católica - que, no ano de 2018, em parceria com o tema geral da Campanha da Fraternidade⁸, buscou problematizar na comunidade e com os jovens da Pastoral, o tema da violência de gênero e o machismo.

Tivemos contato também com um representante programa *Selo Unicef*, programa no qual atuou, durante cinco anos, em contato com jovens e adolescentes da cidade e de localidades rurais, mapeando desigualdades sociais e ofertando cursos de formação em áreas do audiovisual como fotografia, produção de áudio e vídeo, com o objetivo de fomentar o protagonismo juvenil para a utilização dessas ferramentas de Comunicação. Na cidade de Imperatriz participaram das entrevistas três representantes do Clube do Livro de Imperatriz – um grupo local que se reúne para falar sobre literatura e para discutir um livro tema mensalmente; e uma representante do Coletivo Juventude

⁷ Investigação desenvolvida em nível de doutorado com financiamento CAPES/PRODOUTORAL.

⁸ O tema oficial da Campanha da Fraternidade de 2018 foi "Fraternidade e a superação da violência".

Anticapitalista – RUA – que na época também era membro do Comitê de Direitos Humanos da cidade. O coletivo RUA realiza articulação, mobilização e manifestações na cobrança por melhores condições sociais e para o desenvolvimento das juventudes locais.

As entrevistas realizadas com os grupos juvenis das cidades de Codó e Imperatriz foram no formato de entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Nos guiamos através de um roteiro com perguntas que compunham eixos fundamentais. Os eixos foram sendo ampliados a partir da problematização particular demandada pela vivência-experiência dos sujeitos. Assim, os questionamentos tiveram por objetivo identificar: a) dinâmica sociais das cidades; b) lógica de funcionamento dos grupos/ coletivos de jovens; c) características principais das juventudes locais; d) aspectos sobre Políticas Públicas para as juventudes locais; e) entraves para o protagonismo juvenil; f) conflitos geracionais; g) realidades de classe, gênero, raça e território; entre outros.

O texto está dividido em dois eixos fundamentais: o primeiro aborda processos de autonomia, articulação e formação política juvenil entendendo que esses sujeitos têm fomentado processos de resistência e de produção de cidadania, reconfigurando bandeiras de luta e implementando novos formatos de participação política (Reguillo, 2000). São apontadas, ainda, críticas e reflexões sobre a ineficácia e a falta de acesso às Políticas Públicas para as juventudes, sobretudo quanto mais periférica for a situação social desses sujeitos (Abramo, 1997; Aquino, 2008; Sposito E Corrochano, 2005). No segundo momento refletimos sobre a forma como marcadores sociais de classe, raça, gênero e território, atravessam e alteram as percepções e os sentidos sobre a juventude (Akotirene, 2019; Weller, 2005). Assim, a partir das experiências/ vivências narradas pelos jovens de Codó e Imperatriz questionamos que o 'reconhecimento' da juventude configura um lugar de privilégio – nem todo jovem pode ser considerado e reconhecido como pertencente à lógica da juventude.

Por fim, identificamos com o cruzamento inicial dos relatos, que os jovens das cidades de Codó e Imperatriz têm buscado inaugurar novas formas de participação política, sobretudo através da elaboração estratégica de novos formatos de comunicação e de sensibilização político-cidadã. Assim, a cidadania é uma dimensão produzida, reivindicada e elaborada pelas juventudes das cidades de Codó e de Imperatriz, através da construção de autonomia política pela formação individual e coletiva e pela ação-prática do fazer cotidiano, em enfrentamento às instituições e às regulações diversas, na construção de outras existências possíveis.

Ressaltamos que a partir dos estudos de Manuel Castells (2013, p. 168) compreendemos a autonomia como um processo pelo qual um ator social se torna

sujeito, mobilizando-se ativamente para além das instituições, de acordo com seus próprios interesses. Acreditamos que os jovens têm buscado colocar em perspectiva demandas decorrentes das realidades vividas e que são atravessadas pelo racismo, o machismo, as desigualdades de classe e também as precariedades decorrentes do território. Os marcadores sociais e de opressões são importantes e capazes de alterar as experiências geracionais (Akotirene, 2019). Além disso, os marcadores sociais são elementos utilizados para excluir da lógica do reconhecimento da juventude, determinados sujeitos sociais (Akotirene, 2019; Weller, 2005).

Observamos, com as entrevistas realizadas, que a atitude de resistência de visibilizar e denunciar as desigualdades operadas pelo machismo, o racismo, a homofobia, as regulações de gênero e as desigualdades de classe e de território, configuram a dimensão político-cidadã na elaboração de sentidos sobre a juventude, na reivindicação pelo direito cidadão de ser reconhecido e identificado como jovem, de pertencer à categoria.

2 Autonomia política e a produção da cidadania pela perspectiva juvenil do Maranhão

Reguillo (2000, p. 142) entende que os jovens tomam conta do que acontece no mundo através de redes de ligação e de contato. Suas identidades estão ligadas às práticas e interações que estabelecem com os “outros” sujeitos juvenis. A autora chama a atenção para que, o fato de estarem à margem da sociedade, traz aos jovens características de formação e de participação política que dialogam com perspectivas e reivindicações da atualidade.

Conforme pode ser observado em dados de pesquisas empíricas realizadas pela autora, os movimentos juvenis têm se voltado a discutir temas como: 1. A consciência planetária globalizada, o que faz com que se mantenham conectados por meio “de redes de interação e consumo” (Reguillo, 2000, p. 142); 2. Acreditam que as transformações emergem de pequenos espaços cotidianos; 3. Respeito pelo indivíduo; 4. Analisam de modo cuidadoso a causa em que vão se agregar; 5. Transcendem o território “bairro” como ambiente de suas práticas (Reguillo, 2000, p. 142).

Na visão defendida por Reguillo (2000), os coletivos juvenis têm buscado estabelecer elementos de resistência e de enfrentamento diante das precariedades sociais. Inaugurando novas formas de participação política e de formatos de comunicação e de enunciação, os jovens buscam a visibilização como estratégia política, entendendo que a cidadania é prática, ativa e realiza-se no fazer (Reguillo, 2000). Incitam a compreensão da cidadania através de processos de reconhecimento e de identificação

social, de reivindicação das diferenças culturais não apenas ligadas a um território ou ao direito de voto ou a segurança social. A cidadania como reivindicação da “diferença cultural” (Reguillo, 2000, p. 151).

No sentido do que é expresso por Reguillo (2000) as conversas realizadas com os grupos juvenis das cidades de Codó e de Imperatriz foram relevantes para identificarmos que a dinâmica de estarem situados à margem é uma realidade confrontada pelos jovens através da construção de lentes analíticas sobre as desigualdades, as particularidades e as normatizações que circundam a experiência-vivência das juventudes.

A margem, no entanto, não se configura como um lugar estático/aprisionador. Isso porque, as táticas e as estratégias para colocar em debate as demandas juvenis particulares, faz com que esses mesmos jovens transitem por espaços diversos: da margem ao centro, do centro para as bordas. Assim, elaboram tempo-espacos de reivindicação onde a cidadania é produzida na ação, no embate, na inventividade e no exercício da ressignificação de discursos baseados em novas/outras estratégias de comunicação e de enunciação.

A maioria dos grupos que tem é de resistência. É o pessoal se auto organizando, a funcionalidade toda, mas de valorização mesmo. Eu conheço só o pessoal do rap, assim que já é uma cultura meio que marginalizada e aí você que não tem apoio. Os meninos é com uma caixa de som pequena, entendeu? É um tipo sem microfone. E aí vão sendo resistência (Sara, 2018).

O depoimento de Sara aborda uma perspectiva fundamental sobre a cidadania: é elaborada pela resistência e pelo confronto, no fazer cotidiano, na experimentação e na inventividade. É assim que a auto-organização juvenil permite colocar em debate temas que são invisibilizados. Possibilita reconfigurar conceitos e discursos. Numa outra frente, a formação política é uma estratégia de enfrentamento cidadã fundamental e de muita importância para grupos e coletivos juvenis, como também destaca:

Assim... no Coletivo que eu participo, né, a gente sempre tenta trazer, né? Trabalhar formação política. As nossas bases é a formação política. A gente trouxe alguns debates pra cidade que antes nunca tinha sido feito. Tipo feministas, a gente conseguiu reunir num debate sobre legalização do aborto. Muitas feministas em Imperatriz que nunca tinham abordado esse tema, sabe? São grupos mais antigos, outros mais novos, né? Mas que nunca eles tinham parado pra debater sobre isso. E outra coisa também exatamente a questão da diversidade sexual, né, que existe em Imperatriz. Acho que foi no Carnaval do ano passado tinha um vereador e tal que falou que não ia... chamou o pastor, eu acho... disse que não ia ter carnaval em Imperatriz e tal, que a igreja lá não ia aceitar manifestações... E aí a gente pra rebater isso, a gente criou o bloco Tô Na Rua Sem Temer. Foi um bloco, não o primeiro, mas

naquele carnaval foi o único bloco, né, LGBT na cidade e que a gente levantou: “não a gente vai pra rua”, “a gente vai pro Carnaval”, “a gente dar jeito”, e fomos, né? Justamente o Bloco Tô Na Rua Sem Temer foi um bloco LGBT que a gente trouxe justamente naquele momento. E a gente tá sempre tentando trazer essas pautas, assim, que são mais polêmicas, digamos, que aqui na cidade a gente costume ver [...] hoje em dia tá até mais avançado esse debate, mas no período foi até um choque assim (Sara, 2018, grifos meus).

Feixa (2006) defende que as juventudes buscam formas de existir, de tornar concretos espaços de sociabilidade e grupos de afiliações. Weller (2005) dialoga com Feixa Pampols quando diz que mais que formas de resistência, as juventudes estão pensando na resolução de problemas cotidianos que estruturam as desigualdades étnicas e de classe. A resistência, na nossa percepção, seria o elemento fundamental, o ponto de partida para o processo de tomada de consciência sobre as opressões e sobre os controles sociais. Da resistência, nascem os processos de articulação e de mobilização político-cidadãs que utilizam a comunicação como elemento fundamental para a denúncia das opressões e das violências, para a formação política de outros jovens através da educação não formal – ferramenta tática muito utilizada pelos grupos juvenis das duas cidades - e que se configura como uma importante metodologia para a cobrança pela efetivação dos direitos de cidadania, sobretudo pelo uso de plataformas de mídias digitais.

No sentido do que foi argumentado, o relato de Sara permite ampliar a reflexão desenvolvida por Feixa (2006) e Weller (2005). É da resistência, do embate e da desestabilização de normas, regulações e imposições que a juventude de Codó e de Imperatriz têm mobilizado a formação política, a conscientização e a elaboração de novas existências, sobretudo que coloquem em evidência a perspectiva de gênero, de raça e de sexualidade, como, por exemplo, na articulação política desenvolvida através do bloco de carnaval.

O fato é que as Políticas Públicas pensadas para as juventudes se baseiam numa concepção de juventude como faixa etária violenta e que necessita de intervenções sociais. Assim, essas Políticas acabam por assumir um caráter normativo, apoiando-se nas normas como um caminho para “docializar” as atitudes e comportamentos, funcionando, como estabelece Loncle (2003, p. 15 apud Sposito e Corrochano, 2005, p. 146), como “obrigações de cidadania”, sem levarem em conta a multiplicidade das demandas de cidadania e os segmentos, necessidades e expectativas juvenis em relação aos processos de participação política, o acesso à educação, à saúde, ao transporte e à política com dimensões interseccionais e de valorização cultural. É nesse sentido que Sposito e Corrochano (2005) apoiam-se na necessidade de perceber os diversos

segmentos juvenis no sentido de identificar que não existe um movimento único capaz de traduzir as políticas que devem ser destinadas às juventudes.

Dessa forma, os jovens continuam na “invisibilidade” mesmo com as Políticas Públicas existentes, já que poucas delas se fundamentam na luta e na busca do protagonismo juvenil. Abramo (1997, p. 27) estabelece uma espécie de temor que paira sobre a inserção dos jovens “na construção e consolidação da democracia”, ainda que seja uma categoria relevante para pensar as complexidades contemporâneas. O autor ainda destaca que, em relação à cidadania e às juventudes no Brasil, ao invés de serem problematizados direitos e participação, as discussões se voltam para os “problemas” que circundam os jovens como “prostituição, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e a violência” (Abramo, 1997, p. 28).

O ponto de ligação entre os diálogos estabelecidos nas cidades de Codó e de Imperatriz sinaliza sobre a “falta”. Os jovens denunciam que as Políticas para as Juventudes existem no papel, mas não chegam até muitos deles. Muitas dessas Políticas compõem o quadro geral que assiste as demais categorias etárias, não são específicas e/ou relacionadas a investimentos em arte, cultura, lazer e no protagonismo juvenil, como destacam. As pistas nos levam a refletir que ainda há um silenciamento, marginalização e normatização dos jovens por parte das instituições, de modo que os sujeitos se sentem à margem das decisões, dos processos políticos e dos espaços das cidades, tal como sinaliza Reguillo (2000).

É assim, por exemplo, que as lideranças de Codó ao fazerem um diagnóstico dos problemas sociais locais, apontam para: 1. O fato da cidade ser atravessada por muito preconceito racial e em relação às outras manifestações religiosas que não sejam a cristã, a exemplo da protestante ou católica – as duas com maior adesão na cidade; 2. A falta de oportunidade de trabalho e de educação, o que acarreta forte fluxo migratório para outros estados brasileiros; 3. A falta e/ou dificuldade de acesso à internet e o trabalho de má qualidade ofertado pelas operadoras de telefonia na cidade, o que dificulta e se torna um entrave para a autonomia e para o exercício da “cidadania digital”; 4. O fechamento de algumas escolas na cidade e de importantes centros de formação profissional, como o Senac. Também o fato de que muitos jovens precisam se deslocar diariamente para a cidade mais próxima, Caxias - Maranhão, a 104 km de Codó, para realizarem seus estudos superiores, já que a cidade tem campus da Universidade Federal

do Maranhão - UFMA⁹, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA¹⁰ e do Instituto Federal do Maranhão - IFMA¹¹, mas a oferta de cursos é pouca.

O fechamento de escolas e a falta de ampla oferta de cursos superiores na cidade de Codó, acaba acarretando, segundo os jovens ouvidos, em um intenso fluxo migratório para diversas cidades brasileiras, especialmente para a vizinha Teresina - Piauí. Sobre isso, Alexandre (2018) enfatiza que:

(...) Não é só também a questão do estudo, mas questão também de saúde, né? Você vê uma migração absurda de jovens pra estudar. Eu também tive, eu fui pra lá, eu estudei um tempo lá em Teresina, mas aí como teve aqui em Caxias eu aproveitei e fui logo pra Caxias. Tem muita gente, timbirense, codoense, caxiense, que estuda em Teresina, por exemplo, até os 'mais velhos', por exemplo, a mamãe, o pai aqui, todo mundo vai pra Teresina, não faz aqui. Infelizmente, a gente não acompanha o desenvolvimento das grandes capitais, então o interior fica mais pra baixo (Alexandre, 2018).

O que sinaliza Alexandre em relação às precariedades mobiliadas pela perspectiva do território vivenciadas pela juventude codoense no acesso à saúde e à educação, também é uma problematização desenvolvida por Kamila, quando aborda a realidade e a desigualdade de classe experienciada por muitos jovens de Codó e o impacto da falta de oportunidades de educação e de qualificação para uma juventude que é majoritariamente negra, pobre e periférica:

É qualificação que é pouca. Muitos jovens precisam..., graças a um pequeno desenvolvimento, assim, algumas faculdades já estão chegando por aqui. A gente tem a Universidade Federal do Maranhão, tem a estadual, mas ainda funcionando, tentando se manter em pé. (...), Mas aí esse jovem da periferia e vem da zona rural, pra trabalhar, pra se sustentar, ainda vai ter que pagar transporte, pagar faculdade particular pra ir pra Caxias? Claro que não! Não tem como, né. (...) Enfim, então volta para a educação, a falta de jovens no mercado de trabalho, a falta de qualificação, essa falta de políticas públicas, que ela não deve acontecer só pra o jovem, né, ela tem que começar desde a educação básica, da educação infantil, porque o interesse por estudar ele não vem da noite para o dia, é construído, né. O interesse por continuar a estudar, por saber quão importante é a educação, ele não vem na fase da juventude, né, é construído. Então, é uma série de fatores e aí vai, mais uma vez, a nossa realidade, nossa realidade, a característica da juventude de Codó é negra, sua maioria é negra. (Kamila, 2018, grifos meus).

⁹ Licenciatura em Ciências Humanas – História; Licenciatura Ciências Naturais (com informações do site UFMA).

¹⁰ Cursos de Graduação em Administração e em Ciências Contábeis.

¹¹ Cursos de Nível Técnico - Agroindústria, Agropecuária, Informática, Meio ambiente, Agroindústria, Comércio, Manutenção e suporte em informática. Cursos de Graduação. Pós-graduação – Ensino de Ciências e Matemática. Cursos de Graduação.

Num movimento aproximativo com o que fora demandado nos relatos dos grupos da cidade de Codó, em Imperatriz, os jovens ouvidos também questionaram a falta de Políticas Públicas para as juventudes e a falta de apoio e incentivo governamental, as quais fazem com que, por exemplo, muitos grupos artísticos juvenis da cidade não resistam e parem de realizar atividades. Na direção do que é denunciado pelos grupos juvenis das duas cidades recorremos ao que problematiza Loncle (2003, apud Sposito e Corrochano, 2005) quando afirma que as políticas de juventudes não são dotadas de fundamentos autônomos. Por isso, em momentos de crise, acabam por desaparecer como problema público. Muitas vezes a visão de transversalidade é acompanhada no sentido de que essas políticas atravessam “quase todas as ações do Estado” (Loncle, 2003, p. 27 apud Sposito e Corrochano, 2005, p. 144).

Os representantes do Clube do Livro de Imperatriz, por exemplo, destacaram especialmente a falta de locais na cidade para que se possa refletir sobre a importância da leitura e, assim, alcançar mais jovens interessados na temática. Relataram que já precisaram ocupar a Academia Imperatrizense de Letras como forma de cobrar a participação em atividades que envolvessem esse segmento na cidade, numa ação política de reivindicação da cidadania:

Agora que eles tão abrindo as portas [sobre a Academia Imperatrizense de Letras], assim, pra gente fazer nossos eventos lá, às vezes a gente faz uma reunião, um sarau, já fizemos duas vezes lá, inclusive o primeiro sarau que a gente fez foi num bar e o cara: “Num bar? Ahh não tem nada a ver”. Aí o outro lá metido a artista disse: “não, mas eu acho que tem que ir pro bar mesmo”, tentando encorajar, sabe? Eu acho, assim, a juventude tem sim voz, tem sim movimentos sociais de tá reivindicando os direitos, entendeu? Quando mexem com o que é da juventude a gente vai pra rua, faz movimento, principalmente nas redes sociais (Marcius, 2018).

Sobre processos de autonomia e de mobilização política juvenil na reivindicação e na produção de cidadania que tem nas redes sociais digitais uma ferramenta de potência para a visibilização das demandas, os representantes do Clube do Livro de Imperatriz também apontaram que alguns setores precisam se reinventar para chegar a um público que é adepto às novas linguagens comunicacionais e que transita em múltiplos espaços. Foi assim que destacaram fazer uso de memes, podcasts e narrativas alternativas nos perfis do Clube nas redes sociais digitais com a finalidade de alcançarem o interesse de outros jovens pela leitura para que façam parte do grupo, que é aberto e realiza reuniões semanais.

Ainda sobre os processos de mobilização e de articulação política na cobrança de direitos de cidadania, destacaram um movimento denominado “Fora VBL”¹², encabeçado pela juventude Imperatrizense no ano de 2015, que se colocava contra o transporte público precário da cidade e o aumento do valor da passagem.

Pelo relato dos jovens, movimentos de manifestação para problematizar más condições de transporte e o sucateamento de instituições públicas, como algumas bibliotecas da cidade, já foram mais recorrentes e, na maioria das vezes, eram encabeçados pela juventude local. As formas de articulação eram diversas, destaca-se ocupação das bibliotecas por meio de intervenções artísticas, ao mesmo tempo reivindicando e produzindo cidadania através da ação e do fazer inventivo-experimental:

Era um movimento a respeito do transporte público, que ‘tava’ sucateado, isso veio porque justamente a juventude precisava mais do transporte e ‘tava’ sucateado e a gente precisava fazer alguma coisa. E esse movimento veio da juventude, veio encabeçado pela juventude da UFMA, alguns membros tomaram a frente, gerou muita polêmica, mas a gente conseguiu mudar alguma coisa. ‘Teve’ outros movimentos também, como o OcupArte, que foi um movimento encabeçado pela juventude a respeito das bibliotecas de Imperatriz que estavam abandonadas. Então a gente ocupou a biblioteca principal aqui de Imperatriz, que é a biblioteca municipal, e a gente fez um movimento social lá, um movimento de arte, um movimento de música, então a gente ocupou esse espaço para reivindicar o direito da gente de ter uma biblioteca (Igor, 2018, grifos meus).

As problematizações identificadas nas entrevistas realizadas nas cidades de Codó e Imperatriz convergiram no sentido de caracterizar as juventudes locais como autônomas e com forte poder de engajamento, mobilização e articulação política na cobrança de direitos e na elaboração de estratégias para a reivindicação da cidadania. Em ambas as cidades fica evidente que são muitos os entraves para o exercício do protagonismo e da autonomia política, que demandam perspectivas interseccionais na compreensão de como as realidades de classe, raça, território, gênero e sexualidade compõem a luta para a construção e resignificação de existências juvenis.

Na direção das pistas possibilitadas pelo empírico sobre a escassez e/ou a falta de permanência das Políticas Públicas para as juventudes nas duas cidades do Maranhão, Sposito e Corrochano (2005) destacam que a unanimidade na construção de políticas sociais para as juventudes não é uma realidade. Diante de uma disputa em torno dos

¹² Em alusão à empresa que presta serviços de mobilidade urbana na cidade, conhecida como Viação Branca do Leste (VBL) e que, em 2015, destacou-se como a tarifa de transporte público mais cara do Maranhão. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/04/14/tarifa-de-onibus-em-imperatriz-e-hoje-a-mais-cara-do-maranhao/>. Acessado em 07 de setembro de 2018.

poucos recursos destinados às políticas sociais, argumenta-se que os jovens já são assistidos pelas políticas amplas de saúde, moradia, transporte e lazer, não se fazendo necessário pensar em políticas próprias para o segmento. Havia ainda os que defendiam que seriam necessárias políticas próprias para os jovens, mas com o foco de atender aos que se encontrassem em situação de exclusão social ou de vulnerabilidade, o que nos leva a perceber o caráter de contenção e de normatividade com o qual essas políticas foram inicialmente pensadas.

Na tentativa de chamar a atenção para a reformulação das Políticas Públicas que apresentam lacunas e que não conseguem atrair boa parte dos jovens, Aquino (2009, p. 29) fala da “dessincronização das passagens” que desvela o pensamento para outras concepções de juventude, especialmente abordando a “pluralidade das (sub) culturas juvenis”.

Com base nas percepções trazidas nos textos de Aquino (2009) e Sposito e Corrochano (2005), questionamos até que ponto os programas existentes são eficazes para integrar os jovens numa lógica de cidadania plural, diversa, que permita a eles uma melhor qualidade de vida fundamentada no acesso e na permanência de direitos básicos à educação, à saúde e ao lazer.

3 Experiências juvenis no Maranhão: para pensar os atravessamentos de raça, gênero, classe e território

A quem é dado o privilégio de ser conhecido como pertencente à categoria da juventude? De que forma os marcadores sociais de desigualdades podem afetar o reconhecimento do “ser jovem” em Codó e em Imperatriz? Os questionamentos são base para uma necessária análise sobre como os marcadores sociais de classe, gênero, raça e território, podem produzir experiências diferentes e desiguais sobre o que é a juventude para cada sujeito, dependendo de como tais marcadores os atravessam e afetam a construção de suas subjetividades. A entrada no mundo do trabalho, a escolarização, a qualificação profissional, o acesso e os entraves aos direitos de cidadania podem alterar as percepções e as vivências das juventudes.

Os jovens que têm condições financeiras melhores, por exemplo, podem adiar a entrada no mundo do trabalho e experienciar outras perspectivas educacionais, para além da escola, enquanto se preparam para o mercado de trabalho (cursos, capacitações, qualificações), diferente dos jovens que possuem menos condições, que para ajudar na sobrevivência familiar, muitas vezes precisam entrar antes no mercado de trabalho, ainda que como aprendizes ou em empregos informais (Akotirene, 2019). Para além da classe, Carla Akotirene (2019) infere um ponto muito importante quando fala da questão

geracional. Para a autora, a raça, o gênero e a classe são marcadores sociais que alteram a percepção e a experiência geracional, sobretudo para pessoas negras.

Akotirene (2019) defende que os negros não são classificados como adolescentes ou jovens, pois deles é cobrada e exigida a postura de homens e mulheres negras, com "responsabilidades precoces de classe" (Akotirene, 2019, p. 45). A autora afirma que "as experiências geracionais são diferenciadas pelo racismo, transformando negros em menores e brancos em adolescentes durante as sentenças das medidas socioeducativas pelos juizados, quando raça e gênero se cruzam" (Akotirene, 2019, p. 45).

Assim, podemos perceber que o racismo faz com que a experiência geracional seja diferente para jovens e adolescentes negros, os quais não são percebidos socialmente e juridicamente como jovens e adolescentes que são, como ressalta Carla Akotirene (2019). As precariedades e a vulnerabilidade da população jovem negra também são responsáveis pela exclusão desses sujeitos da lógica da juventude, sobretudo pelo cruzamento dos marcadores sociais de raça e classe (Akoritere, 2019). Ampliando e direcionando a reflexão desenvolvida por Akotirene (2019) sobre as experiências geracionais serem alteradas pelo racismo, destacamos ainda uma outra dimensão fundamental: a do gênero. O Maranhão figura como o quinto estado brasileiro com maior número de crianças e adolescentes em situação de trabalho, e mais de 70% dessas crianças são meninas negras¹³ (FEPETIMA, 2017, online, n/p).

Nesse sentido, para muitas mulheres e meninas pretas e pardas do Maranhão, não é dado o direito de ser jovem ou adolescente, já que elas são levadas para casas de pessoas para "ajudar" no cuidado da casa e dos filhos em troca de roupa, teto e alimentação. Boa parte da população jovem de Codó é composta por mulheres que, desde cedo, são inseridas na lógica do trabalho doméstico e de cuidado dos irmãos, em sua maioria homens. Dácia (2018), coordenadora do Coletivo Núcleo, da cidade de Codó, é quem levanta a problemática:

Nós estamos em uma cidade que tem um contingente populacional que é afrodescendente gigantesco, né? Por mais que a identidade local enquanto pessoa negra não esteja é... tão aflorada em todo mundo, todo mundo sabe que é preto, né? E se sabe que é preto justamente pela violência e o que o racismo causa no dia a dia de todo mundo, né? A maior parte das pessoas tem um emprego ou subemprego ou emprego informal os que estão empregados, aqueles que estão desempregados fazem o bico que por si só já é uma condição de trabalho super desumana (...) Como é que se manifesta o preconceito racial ou de qualquer outra coisa na cidade de Codó? Ele é estrutural!

¹³ Segundo o relatório "O Trabalho Infantil na Agropecuária Brasileira: uma leitura a partir do Censo Agropecuário de 2017", realizado pelo "Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho/ Maranhão – FEPETIMA".

Ele faz parte do modo como a cidade vive os setes dias, entendeu? Então, o comércio é um exemplo que a gente usa pra pensar, né? Quando essa pessoa, moradora das áreas mais afastadas do centro, né? Porque na verdade Codó é uma cidade meio retângulo, né? Se você for observar o mapa essa zona urbana ela é o entorno dessa avenida central aqui que desce cortando a cidade de fora a fora. E aí as áreas vão ficando cada vez mais longe desse lugar que recebe os benefícios, a iluminação, pavimentação, a segurança que pra nós não é ostensiva (Dácia, 2018, grifos meus).

Na perspectiva dos marcadores sociais de gênero, Dácia compreende que na cidade de Codó as mulheres são “ensinadas” desde muito jovens que a responsabilidade de cuidar da casa pertence a elas e que elas não podem tudo – ainda que sustentem financeira e estruturalmente os lares. Essa lógica se perpetua e situa jovens e adolescentes em lugares de subordinação:

(...) quando você pensa que a maior parte dos jovens dessa cidade são mulheres, e um grande número delas vai virar mãe muito cedo ou vai ser colocada no sistema familiar que já tem um monte de mulheres se ocupando de um outro monte de mulheres porque os caras estão encarcerados, os caras estão mortos, os caras abandonam as mulheres. É um monte de um monte de coisa tudo junto assim. (...) E aí, assim, ainda vivemos dentro de uma cidade que se entende dentro de uma cultura nordestina em que se encena de verdade que mulher tem o lugar dela, que é o lugar de condenada, né? E os homens têm o lugar deles, que é o lugar de poder tudo, né? Que é ao contrário [risos] as mulheres podem tudo porque chefiam famílias (Dácia, 2018).

A problematização levantada pela coordenadora do Coletivo Núcleo é importante para colocar em concreto a partir da realidade contextual percebida na cidade de Codó, sobre o que Akotirene (2019) teoriza quando aborda a forma como as experiências geracionais são diretamente afetadas pelo racismo. Além disso, a construção de papéis de gênero relacionados ao feminino também fica evidente quando é abordada a maneira como o cuidado da casa e dos irmãos é destinado às meninas e mulheres. Uma lente baseada na interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019) permite inferir que a classe, a raça, o gênero e o território são marcadores fundamentais para a construção de lugares de subordinação que afetam e alteram a percepção e o sentido de “ser jovem” na cidade de Codó.

Na perspectiva do gênero, é preciso destacar uma lacuna nas pesquisas sobre juventudes e culturas juvenis: o silenciamento e o apagamento dos papéis das jovens mulheres dentro dessas culturas, durante muito tempo. A maior parte das observações nos estudos sobre a temática foram sobre movimentos masculinos, urbanos e brancos (Weller, 2005). Os autores narravam as mulheres na esfera privada, em duplo espaço

doméstico: a casa dos pais e a casa do marido, como se não estivessem também habitando os espaços públicos das cidades (Weller, 2005; Feixa, 1998).

“Protagonizar um feminino” a partir da juventude é um desafio que também se faz presente quando os grupos juvenis tentam promover o diálogo e a reflexão sobre o sentido e a experiência da juventude para as mulheres. É o que destacam as representantes da Pastoral da Juventude de Codó:

Assim, a temática em si ela não é fácil, né, falar de gênero, falar de mulher, enfim, não é fácil. (...) O tema Juventude e protagonizar um feminino, a gente tem visto muitas caras fechadas, né? E a gente não vai longe, volta novamente para nossa casa, a nossa igreja, né, muitos rostos se fecham, muitas pessoas deixaram de ajudar na articulação (...) pra muitos ainda não é interessante falar sobre mulher, sobre a violência contra a mulher, falar sobre gênero. Outro dia eu vim aqui na casa paroquial imprimir alguns documentos, pra alguma coisa da igreja, eu nem sei o que era. E aí chegou uma pessoa e leu o cartaz, tem um cartaz ali na secretaria, e disse assim: “a Pastoral da Juventude tem que ter muito cuidado com esse encontro que eles vão fazer. É interessante, mas tem que ter muito cuidado, porque pode começar a colocar na cabeça do jovem que ela pode ser, pode ser mulher a hora que quiser, pode ser homem a hora que quiser”, enfim, distorceu todo o contexto do encontro em si, né? (Kamila, 2018, grifos meus).

Francisca, outra representante da Pastoral da Juventude de Codó, vai ainda mais longe do que é denunciado por Kamila ao refletir sobre sua experiência pessoal como uma mulher negra, da zona rural da cidade e das dificuldades encontradas para estudar e trabalhar. Regulações construídas também dentro da própria família, diante de conflitos intergeracionais. Muito além dos desafios que as questões de classe impunham, havia também e, principalmente, regulações relacionadas às intersecções entre a raça e o gênero:

A gente ainda vê essas coisas no dia de hoje, principalmente dentro da igreja, da igreja católica, dentro da igreja evangélica, que é assim mais conservadora. E a gente vê pessoas próxima da gente..., “ah mulher não pode viajar”, “o homem se que quiser vai namorar até as três, e não tem nada não, mas tu fica em casa, não vai pra festa”. (...) Eu digo pela minha vó mesmo, que eu vivo com minha vó, não tenho mais mãe, é minha vó e tenho minhas irmãs, aí eu ia pra Caxias, fazer minha faculdade lá, tinha que viajar, tinha que deixar as meninas lá e eu via minha vó falando: “a Francisca só quer essa vida de tá ‘ruando’ pra cima e pra baixo, não se aquieta mais, mulher não vive desse jeito não. Quando é que tu vai dar uma dona de casa?” Eu tiro assim por ela, né? Eu tiro assim, ela dentro de casa e queria que eu não vivesse essa vida de tá trabalhando e estudando, era pra mim ficar dentro de casa, cuidando de casa (Francisca, 2018).

Francisca pontua um aspecto crucial em seu depoimento: ao ser questionada pela avó sobre “quando vai dar uma de dona de casa”, demonstra que o lugar doméstico, o cuidado da casa e do marido é imposto socialmente para o gênero feminino. A fala de Francisca confirma o que Weller (2005, p. 108) denuncia sobre as menções femininas nos estudos sobre as culturas juvenis que se referem, majoritariamente, a “afetividade e sexualidade nas galeras e gangues” ou a discussões de “maternidade na adolescência” (Weller, 2005, p. 108).

Como destaca a autora, a política do cuidado, do lugar doméstico e da regulação/controlado da sexualidade a partir de uma dimensão do “problema social”, eram as menções aos papéis femininos nas culturas juvenis. Nessa perspectiva, podemos identificar os estereótipos tanto em relação à castração da sexualidade feminina como da reprodução de papéis de gênero que situam a mulher como destinada à maternidade ou da maternidade como uma questão da adolescência feminina, como se fosse um problema da mulher que tenha “se deixado engravidar” (Weller, 2005, p. 108). Outro elemento colocado pela autora para explicar a invisibilidade feminina nos estudos decorreria dos estereótipos de que as jovens não demonstravam “atitude de protesto ou resistência às desigualdades étnicas e de classe” (Weller, 2005, p. 111), como se as atividades de protesto, de resistência e de participação política, fossem desenvolvidas apenas pelos jovens homens, assim como o papel de emancipação familiar através trabalho (Feixa, 1988).

Diante dessa lacuna que se impõe, Weller (2005) aduz que os estudos feministas também precisam conduzir suas problematizações através das culturas juvenis, tentando perceber as maneiras como as jovens lidam com a fabricação das múltiplas opressões às quais estão submetidas. Ampliamos a reivindicação da autora entendendo que, para além do papel das mulheres nesses estudos, faz-se fundamental compreender como cruzamento entre os marcadores de raça, gênero, classe e território, permitem perceber que a juventude pode também ser compreendida como um privilégio que não é ofertado, acessado e muito menos vivenciado, na perspectiva político-cidadã, por todos os sujeitos.

4 Considerações finais

Nesse texto buscamos aproximar perspectivas sobre a experiência geracional da juventude baseadas nas vivências e experiências de grupos juvenis das cidades de Codó e Imperatriz. Destacamos suas dinâmicas de formação político-cidadã permeada pela autonomia e pelo desenvolvimento estratégico de formas de mobilização para reivindicar e também para produzir cidadania – sobretudo para reivindicar o direito à

juventude, de serem reconhecidos e identificados como jovens. Os relatos evidenciam como as juventudes das duas cidades atravessam as margens e promovem destabilizações necessárias no funcionamento das cidades e na ressignificação de espaços e de discursos pela mobilização, articulação e a promoção de atividades de reflexão e de conscientização sobre as desigualdades sociais. O horizonte de mobilização se fundamenta, sobretudo, no confronto às regulações e ao controle de algumas instituições.

Importante sinalizar que as percepções sobre a articulação juvenil em torno de grupos/coletivos sociais/ organizações sem fins lucrativos, parecem ser uma condição fundamental para o processo de conscientização e de mobilização para a luta pelos direitos de cidadania. Embora as instituições como igreja, família, e de ensino sejam alicerces importantes na formação política dos jovens, as ideias conservadoras relacionadas ao gênero e a sexualidade configuram lacunas para que a formação cidadã ocorra em sua plenitude. Dessa maneira, as juventudes das duas cidades criam movimentos de resistência que além de cobrar direitos básicos de cidadania como saúde, educação, oportunidade de emprego e renda, também pautam a luta pelos direitos de equidade de gênero, de raça e classe e de valorização e respeito às diferenças sexuais.

Ainda que a resistência e o enfrentamento às normatizações, às regulações, aos controles e às imposições sociais constituam a dimensão fundamental da luta, as precariedades e as desigualdades decorrentes dos cruzamentos de marcadores de raça, classe, gênero e território, produzem não só entraves para o exercício e para o acesso aos direitos básicos de cidadania, são também opressões que alteram a percepção geracional das juventudes (Akotirene, 2019) das duas cidades: quem pode ser considerado jovem? Quem é reconhecido e identificado como tal? A quem é ofertado o privilégio da juventude? Essas questões tornam-se evidentes sobretudo nas realidades juvenis observadas em Codó, população identificada como majoritariamente negra, pobre e periférica.

É no sentido não só de incluir na agenda pautas sobre grupos e comunidades historicamente apagadas e silenciadas do discurso e das proposições de Políticas Públicas que os grupos das cidades de Codó e Imperatriz têm atuado de forma permanente e dinâmica. Dessa forma, a educação não formal entra em evidência e protagonismo pelas ações, através da comunicação, como forma de colocar em diálogo os reclamos, os anseios e os desejos de um grupo social que é profundamente atravessado pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe, constitutivos dos processos de formação de subjetividade juvenil. Assim, ao colocar em debate o controle,

as normas e as regras sociais e fazer refletir sobre os direitos das mulheres, da população LGBTQIA+, da população negra, os grupos atuam na formação política das juventudes, na educação para a conscientização crítica e para a reivindicação de espaços de poder/saber.

Retomamos o argumento de Akotirene (2019) quando reflete que as experiências geracionais são impactadas pelo racismo. A condição juvenil para alguns dos sujeitos entrevistados nas cidades de Codó e Imperatriz parece existir apenas nos relatórios oficiais. São jovens porque assim os define o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela faixa etária. São jovens porque constam nas estatísticas como o segmento mais vulnerável à violência. No entanto, a juventude parece ser um direito distante, difícil de ser acessado. Expresso, muitas vezes, apenas na faixa etária e nas lógicas jurídicas da cidadania que são profundamente excludentes e que não garantem o acesso igualitário aos direitos.

Tal como a literatura sobre a condição das juventudes no Brasil aponta, as Políticas Públicas criadas para esse segmento social não são efetivas de modo que, mudanças governamentais podem excluir projetos e ações que em determinado período do tempo existiam. Dessa forma, fica evidente que o sucateamento de instituições de formação profissional na cidade de Codó, das bibliotecas municipais em Imperatriz e a falta de espaços agregadores para as juventudes, além da escola, resultam da negligência do poder público que atua reproduzindo a noção das juventudes como problema social e que já seriam contempladas pelas Políticas Públicas universais de saúde e educação. Nesse sentido também, segmento que precisaria de controle e vigilância social constantes. Nesse horizonte de reflexão, mais uma vez o papel dos grupos juvenis se torna preponderante: atuar pautando os efeitos dos marcadores sociais diversos e das interseccionalidades na formação subjetiva dos jovens, permite ampliar e redirecionar planos de Políticas Públicas a fim de que possam contemplar a heterogeneidade das juventudes brasileiras.

Perceber a cidadania para além das diretrizes jurídicas e como elemento de “estratégia política” requer observar as subjetividades e como elas atuam na renovação social. A falta de satisfação com o sentido jurídico-político da cidadania leva à necessidade de existência da cidadania cultural e comunicacional, assim como também de dimensões da cidadania ligadas à comunicação, à raça, ao gênero, às juventudes, em multiplicidades de entendimentos e de definições.

Assim, a dimensão de reivindicação juvenil-cidadã esteve presente não só nos relatos dos grupos entrevistados como também é parte fundamental da formação e da articulação política individual e coletiva que compõem o fazer político desses

agrupamentos. O direito à juventude, de ser identificado e reconhecido como jovem, é reivindicado diariamente e se traduz pela visibilização de demandas e de existências diversas, negadas, silenciadas. Assim, colocar em debate temas como o machismo, o racismo, a homofobia, as regulações de gênero, as desigualdades de classe e de território, não se constitui apenas da resistência ao poder normativo imposto pelas instituições sociais, configura também bandeira de luta político-cidadã na elaboração de sentidos sobre a juventude, na produção de outros lugares possíveis para se reconhecer e identificar como jovens.

Referência

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social das juventudes no Brasil. In *Revista Brasileira de educação*, 6.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Aquino, L. (2008). Jovens e a questão política no Brasil. In Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, L. (org.) *Juventude e políticas públicas sociais no Brasil*. IPEA, Textos para discussão, 1335. 13-31.
- Castels, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In *Estudos Feministas*, 10, 171-188.
- Feixa, C. (1988). En El reloj de arena. Culturas juveniles en México, México, *SEP-Causa Joven (Jóvenes, 4)*, 94-111.
- Feixa, C. (2006) *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.
- Freire Filho, J. (2008). Retratos midiáticos da nova geração e a regulação do prazer juvenil. In Borelli, S. e Freire Filho, J. *Culturas Juvenis no século XXI* (orgs.). São Paulo: Educ.
- Grosso, L. A. *Introdução à sociologia da juventude*. Paco editorial, 2017.
- Martín-Barbero, J. (2017). *Jóvenes entre el palimpsesto y el hipertexto*. Nuevos emprendimientos editoriales, Barcelona.
- Moglen, E. (2012). El manifiesto puntoComunista. In Lago, Silvia(comp.). *Ciberespacio y Resistencias: exploración en la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros. p. 69-81.
- Reguillo, R. (2000). *Emergencia de culturas juveniles*. Estrategias del desencanto. Bogotá: Grupo editorial Norma.
- Sposito, M. P., & Corrochano, M. C. (2005) A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, 17, 141-172.
- Weller, W. (2005). A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 13(1), 107-126.

ABSTRACT:

Who is given the right to be young in Brazil? This question is the basis for this article, the field research for which was conducted in the cities of Codó and Imperatriz, in the interior of Maranhão, from July until September 2018. Using semi-structured and in-depth interviews, 5 youth leaders from the city of Codó and 4 from Imperatriz reflected on articulation, political education, and strategies for claiming youth citizenship. We identified how different social labels alter the perception and experiences of youths (Akotirene, 2019; Weller, 2005). We conclude that denouncing inequalities is a citizen-political aspect to develop new youth existences. Mobilization strategies structured through communication.

KEYWORDS: Youth; Maranhão; Citizenship.

RESUMEN:

¿A quién se concede el derecho a ser joven en Brasil? Esta pregunta la base de este artículo que trae elementos dados de una investigación de campo realizada en las ciudades de Codó e Imperatriz, dos ciudades del interior de Maranhão, entre los meses de julio a septiembre de 2018. A través de entrevistas semiestructuradas y en profundidad, 5 líderes juveniles de la ciudad de Codó y 4 de la ciudad de Imperatriz, reflexionaron sobre los procesos de articulación y de formación política y sobre las estrategias producidas para la reivindicación de la ciudadanía juvenil. Identificamos cómo los diferentes marcadores sociales alteran la percepción y las experiencias de los jóvenes (Akotirene, 2019; Weller, 2005). Concluimos que la denuncia de las desigualdades es una dimensión político-ciudadana para elaborar nuevas existencias juveniles. Estrategias de movilización que son estructuradas por medio de la comunicación.

PALABRAS CLAVE: Juventudes; Maranhão; Ciudadanía.